



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 248 / 2013

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

SESSÃO DE 18/01/2013 – 010ª SESSÃO ORDINÁRIA

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/3075/2010

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2/2010.10608

AUTUANTE: MARIA CÂNDIDA L. TEIXEIRA – MAT. 001.666-1-8

RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

CONS. RELATORA: VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE.

EMENTA: ICMS – TRÂNSITO – EBCT - TRANSPORTE DE MERCADORIAS ACOMPANHADAS DE DOCUMENTO FISCAL INIDÔNEO – PROCEDÊNCIA. A imunidade que goza a EBCT protege apenas o serviço postal *stricto sensu*, não alcançando os serviços de transporte de mercadorias, investindo-se, neste caso, na condição de responsável tributário pelo pagamento do ICMS incidente sobre a circulação de mercadorias quando aceita transportá-la em desacordo com a legislação de regência. Recurso Voluntário conhecido e não provido, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** de 1ª Instância. Decisão amparada no art. 131, inciso III do Decreto nº 24.569/1997 e no Parecer nº 34/1999 da Procuradoria Geral do Estado. Penalidade prevista no art. 123, III, "a" da Lei nº 12.670/1996 com nova redação dada pela Lei nº 13.418/2003. Unanimidade de votos.

RELATÓRIO

Em fiscalização realizada no terminal de cargas da EBCT, constatou-se a presença de um volume contendo um notebook dual core 320 GB (SEDEX SK876951688BR) no valor de R\$ 1.999,90 (mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos) acompanhado do documento fiscal inidôneo nº 169.977 por está endereçado ao Estado de Santa Catarina e não ao Ceará.

As mercadorias oriundas de Varginha – MG (remetente: Polimport Com. e Exp. Ltda) eram destinadas a Balneário Camboriú-SC (destinatário: Jean Amilson Romanel), mas na caixa consta o endereço de Fortaleza-CE.

Indicam-se como dispositivos legais infringidos os arts. 16, inciso I, alínea “b”, 21, inciso II, alínea “c”, 28, 131, 169, I todos do Decreto nº 24.569/1997 e como penalidade sugere-se o art. 123, III, “a” da Lei nº 12.670/1996, alterado pela Lei nº 13.418/2003.

Instruem o presente processo administrativo os seguintes documentos: Informações Complementares, Certificado de Guarda de Mercadoria – CGM nº 525/2010, DANFE nº 169.977, Relação das Mercadorias referentes ao Auto de Infração – Comunicado nº 4458/2010, DAE para pagamento, Nota Fiscal Avulsa, Protocolo de Entrega de AI/Documentos nº 2010.04433, Comunicado nº 07/2005, todos colacionados às fls. 03/13.

Apesar de constar o Termo de Revelia, às fls. 13, este deve ser desconsiderado em função da Defesa apresentada tempestivamente às fls. 21/30 alegando em síntese que a empresa autuada tem como fim precípua a execução de serviço postal, logo, um serviço público de competência exclusiva da União, razão pela qual a operação de transporte dos objetos de correspondência é imune da incidência de impostos, nos termos do art. 12 do Decreto-Lei nº 509/1969. Cita ainda a decisão de provimento do Recurso Extraordinário nº 407099, interposto pela ECT contra acórdão do TRF-4ª Região, para reconhecer a imunidade tributária da ECT, com base no art. 150, inciso VI, letra “a” da CF/88.

Ofício nº 1123/2010, Ofício nº 153/2010, Ofício nº 0686/2010, Correspondência enviada pela Pague Menos Gerenciadora de Serviços S.A para CATRI, Comunicação interna, fls. 14/19.

A decisão monocrática nº 2420/2012, que repousa às fls. 32/37 entendeu pela procedência da acusação fiscal, pois a nota fiscal que albergava a mercadoria encontrada mediante conferência, continha informações

inexatas, não compatíveis com a operação realizada, relativamente ao destinatário da mercadoria, pois consta como sendo do Estado de Santa Catarina. Aplicação da multa contida no art. 123, III, "a" da Lei nº 12.670/1996, alterado pela Lei nº 13.418/2003. Cita ainda como fundamento da decisão o Parecer nº 34/97 exarado pelo Procurador Chefe da Procuradoria Fiscal do Estado do Ceará. ICMS no valor de R\$ 239,98 (duzentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos) e multa no valor de R\$ 599,97 (quinhentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 839,95 (oitocentos e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos).

Intimação da decisão de Primeira Instância, fls. 38.

Inconformada com a decisão condenatória, a Autuada interpôs Recurso Voluntário às fls. 40/47, reiterando os argumentos sustentados em sua Defesa Administrativa.

A Consultoria Tributária, em Parecer de nº 623/2012, apresentou o seu entendimento, às fls. 50/53, pelo conhecimento do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão singular, recebendo a chancela da Procuradoria Geral do Estado que adotou o Parecer às fls.54.

É o Relatório.

VOTO DA RELATORA

Conforme antevisto, a peça fiscal trazida à análise desta Câmara do Conselho de Recursos Tributários tem como objeto a acusação de transporte de mercadoria com documento fiscal inidôneo realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, visto que tal documento continha informações inexatas relativamente ao destinatário, pois consta como sendo do Estado de Santa Catarina.

Embora se trate de transporte, *data vênia* à Recorrente quanto aos argumentos aduzidos, entendo que quando do transporte de mercadorias, a empresa em comento não está executando um serviço postal *stricto sensu*, um serviço de prestação exclusiva da União, mas serviço de transporte comum, o qual não é serviço público e como tal não goza da imunidade de que trata o art. 150, inc. VI, alínea “a” da Constituição Federal:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda, serviços, uns dos outros;

E uma vez que esse serviço seja interestadual ou intermunicipal constitui fato gerador do ICMS, nos termos do art. 2º, inc. II, da Lei Complementar nº 87/1996:

Art. 2º O imposto incide sobre:

II – prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

Não obstante a Recorrente ser responsável na condição de contribuinte pelo pagamento do ICMS incidente sobre a prestação do serviço de transporte é, também, na condição de transportador, responsável pelo pagamento do imposto incidente na operação quando aceita transportar mercadoria sem documento fiscal, nos termos do art. 16, inc. II, alínea “c” da Lei nº 12.670/1996:

Art. 16. São responsáveis pelo pagamento do ICMS:

II – o transportador em relação à mercadoria:

c) que aceitar para despacho ou transportar sem documento fiscal, ou acompanhada de documento fiscal inidôneo ou com destino a contribuinte não identificado ou baixa do Cadastro Geral da Fazenda – CGF;

Com efeito, o artigo 140 do Decreto nº 24.569/1997 estabelece de forma expressa que o transportador não poderá aceitar transportar mercadoria ou bem desacompanhada da respectiva documentação fiscal:

Art. 140. O transportador não poderá aceitar despacho ou efetuar o transporte de mercadoria ou bem que não estejam acompanhadas dos documentos fiscais próprios.

A imunidade que beneficia a renda, o patrimônio e os serviços prestados pelos entes da Federação não alberga o presente caso, uma vez que a mercadoria transportada não pertence à União e, os serviços de transporte por ela realizado, caso fossem imunes aos impostos, tal imunidade que beneficiaria a operação, não salvuardaria os bens transportados da incidência do ICMS.

Ademais, a Procuradoria Geral do Estado já se manifestou sobre a presente questão através do Parecer nº 34/1997, esclarecendo que o parágrafo 2º do artigo 17 da Lei nº 6.538/1978 (Lei dos Correios) não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, assim a imunidade recíproca insculpida no artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal não alcança as prestações de serviço de transportes realizadas pelos Correios, limitando-se a proteger o serviço postal *stricto sensu*.

Consoante relata Maria Helena Diniz citada por José Ribeiro Neto¹: A nota fiscal é o documento exigido pela legislação fiscal que comprova uma compra, com indicação do preço, e serve de controle ao Fisco de toda e qualquer operação realizada pela empresa-contribuinte que constitua fato gerador de tributo ou tenha relevância para a fiscalização tributária. A legislação estadual impõe a sua emissão juntamente com algumas indicações, conforme preceitua o art. 170 do Regulamento do ICMS/CE.

Além disso, a Recorrente inobservou a norma contida no art. 131, inciso III do Decreto nº 24.569/1997, *in verbis*:

Art. 131. Considerar-se-á inidôneo o documento que não preencher os seus requisitos fundamentais de validade e eficácia ou que for comprovadamente expedido com dolo, fraude ou simulação ou, ainda, quando:

(omisso)

III - contenha declarações inexatas ou que não guardem compatibilidade com a operação ou prestação efetivamente realizada;

Vale ressaltar que a ação fiscal foi realizada conforme os preceitos contidos na Norma de Execução nº 07/99, que disciplina os procedimentos acerca da fiscalização exercida pelo Posto Fiscal dos Correios nas dependências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Recurso Voluntário para negar-lhe provimento e confirmar a decisão de procedência proferida pela 1ª Instância.

É o voto.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

BASE DE CÁLCULO: R\$ 1.999,90

ICMS (12%)	R\$	239,98
MULTA (30%)	R\$	599,97
TOTAL	R\$	839,95

¹ RIBEIRO NETO, José. Direito Tributário & Legislação Tributária do Estado do Ceará. 4. ed. Fortaleza: Fortes, 2011, p.1023.

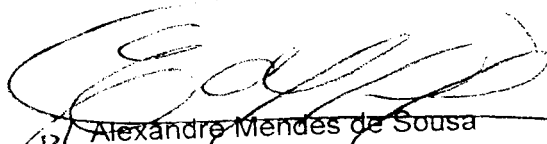
DECISÃO


Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é Recorrente **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS**, e Recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**,

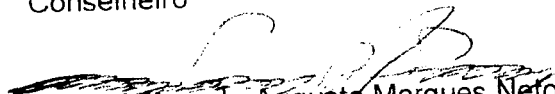
RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário, para após afastar a preliminar de nulidade arguida pela recorrente, confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos voto da relatora, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.


SALA DE SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 05 de abril de 2013.


Francisca Marta de Sousa
PRÉSIDENTE



Alexandre Mendes de Sousa
Conselheiro

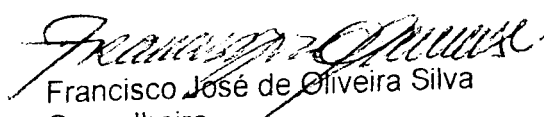

Anneline Magalhães Torres
Conselheira



Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Conselheiro


José Gonçalves Feitosa
Conselheiro


Ana Mônica Figueiras Menescal
Conselheira


Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira Relatora


Francisco José de Oliveira Silva
Conselheiro


Pedro Eleutério de Albuquerque
Conselheiro

Matteus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO